

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO INTERIOR FLUMINENSE: O POLO DE MODA ÍNTIMA DE NOVA FRIBURGO E REGIÃO¹

Regina Célia de Mattos

Doutora em Geografia

Professora do Departamento de Geografia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

[regina.mattos@globos.com](mailto:regina.mattos@globo.com)

Resumo

O presente artigo tem como objeto de estudo o trabalho em domicílio na construção do Arranjo Produtivo Local (APL) denominado Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, RJ, um dos maiores produtores de moda íntima do país. Concebido como instrumento de desenvolvimento territorial, grandes investimentos públicos e privados foram aplicados para agregar tecnologia, incentivar a qualificação profissional e reduzir a informalidade fortemente presente. A primeira contradição constatada foi a ausência das relações informais nas estratégias adotadas, particularmente o trabalho a domicílio majoritariamente feminino. Nesse sentido, propomos analisar em que medida a reprodução do espaço de produção de moda íntima e o espaço de reprodução da família pelo trabalho em domicílio tem propiciado transformações sociais e econômicas locais, a partir dos investimentos alocados para a constituição do Arranjo Produtivo Local, particularmente em nosso recorte espacial, o bairro de Olaria, em Nova Friburgo. A pesquisa constatou que as estratégias adotadas pouco modificaram a precariedade da informalidade na medida em que estavam voltadas para as empresas, e não para as relações de trabalho que efetivamente revelam a sua presença. O trabalho em domicílio sempre esteve integrado à (re)produção do capital, mas “à margem”, constituindo uma “válvula de escape” das pressões do exército industrial de reserva; travestido na contemporaneidade, esse tipo de trabalho exerce importante papel na construção desse espaço produtivo.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local, Trabalho Feminino em Domicílio, Informalidade, Nova Friburgo.

LOCAL PRODUCTION SYSTEMS IN THE HINTERLAND OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO, BRAZIL: NOVA FRIBURGO AND REGION UNDERGARMENT FASHION HUB

Abstract

This paper's study object is the role of household labour in the building of the Local Production System (LPS) named 'Nova Friburgo and Region Undergarment Fashion Hub', one of the greatest underwear production centres in Brazil. Planned as an instrument for territorial development, many public and private investments were made to improve technologies, stimulate professional qualification and reduce the very present informality rates. The first perceived contradiction was the absence of informal working relationships in the adopted strategies, particularly the mostly female household labour. Therefore, we propose to analyse

¹ Este artigo é um resultado do projeto “Metropolização do Espaço e Transformação da Paisagem no Estado do Rio de Janeiro” desenvolvido no Departamento de Geografia da PUC-Rio entre 2008 e 2011 e financiado pela FAPERJ, a quem agradecemos o apoio.

the extent to which the reproduction of the spaces of both the underwear production and the family reproduction through household labour has been providing social and economic local transformations, from the investments in the Local Production System constitution, particularly at our spatial research area, the neighbourhood of Olaria, in Nova Friburgo. The research has verified that the adopted strategies had slightly changed informality precariousness, since they had been turned to the enterprises, and not to the working relationships which effectively reveal its presence. The household labour has always been integrated to the capital (re)production, but 'marginally', consisting in an 'exhaust valve' from the reserve army of labour's pressures; disguised in the contemporaneity, this work form it plays an important role in the building of this production space.

Keywords: Local Production System, Female Household Labour, Informality, Nova Friburgo.

Introdução

Grandes transformações têm contribuído para redefinir o capitalismo contemporâneo. Esse processo de mudanças ocorreu inicialmente nos países capitalistas centrais, decorrentes dos antagonismos estruturais do denominado fordismo-keynesiano, evidenciando sintomas de esgotamento de um modo de regulação, gestão e organização da produção e do processo de trabalho. Alastrando-se, posteriormente, em nível mundial, sua natureza globalizante deflagrou processos (des)estruturantes dos espaços produtivos e sociais locais, transfigurando uns, arruinando outros.

Para Mézáros (2002) a globalização é uma tendência proveniente da natureza do capital desde o seu início: o desenvolvimento de um sistema internacional de dominação e subordinação onde o Estado tem um papel fundamental. O sistema do capital compõe-se de estruturas internamente fragmentadas, a produção e a circulação, que se articulam como Estados nacionais através de um duplo padrão: internamente, nos países centrais, propiciando um melhor padrão de vida e na "periferia subdesenvolvida" exercendo o seu autoritarismo e avalizando a exploração do trabalho.

Vivenciamos, de fato, a explosão das contradições do capital mundializado que, para ser compreendida, coloca a necessidade de articulação de instrumentos analíticos capazes de interpretar seu movimento e, conseqüentemente, os limites do seu sistema metabólico ao longo do século XX, como a seguir destacamos:

O taylorismo fordista

Foram nas formulações propostas em “Os princípios da administração científica”, de Frederick Winston Taylor, que um novo padrão de gestão e organização do trabalho, o “taylorismo”, passa a constituir um dos pilares do capitalismo denominado fordista. O “taylorismo” ou “administração científica do trabalho” ou “o método para aumentar a produtividade do trabalho” surgiu nos albores do século XX, período em que o conhecimento científico se tornou mais decisivo no desenvolvimento de diversas áreas da produção industrial (mecânica, elétrica, química, metalúrgica, construção naval, dentre outras). É um método que separa o trabalho manual do intelectual, fragmentando as tarefas, o que acarreta um grande crescimento da sua produtividade assim como a perda da capacidade criadora do trabalhador, tornando-o um operador de máquinas sob um controle hierárquico do seu trabalho.

Gatto (1989) considera, sob o ponto de vista tecnológico e produtivo, que o processo de expansão do fordismo foi possível, também, pela disponibilidade de uma fonte de energia barata que permitiu a expansão do núcleo tecnológico energético-intensivo como o complexo automotriz e os bens de consumo duráveis tanto mecânicos como elétricos. São estruturas que demandam grandes plantas, mais adequadas para maiores ganhos de escala de produtos padronizados.

Portanto, a acumulação capitalista, de cunho fordista, engendrou novas formas de realização, através de mecanismos e formas institucionalizadas de “ajustes” e de condições do uso social da produção, cabendo ao Estado regular a economia e preservar o bem-estar dos “cidadãos”. O Estado assumiu o papel de grande articulador do pacto fordista, tornando-se o seu principal financiador. Com responsabilidade ativa no controle da conjuntura econômica, direciona investimentos em infraestrutura e em setores vitais para a produção e o consumo de massa, articulando mecanismos de cobertura social e de poder de intervenção direta e indireta no pacto entre o trabalho e o capital. É a construção do *american way of life*, simbolizando um modelo de desenvolvimento gerador de novos padrões de renda, consumo e qualidade de vida, uma forma de reprodução e realização social.

A busca por ganhos de produtividade através da ampliação da escala de produção fez com que cada vez mais o fordismo se expandisse geograficamente. Até meados de 1960, os principais fluxos produtivos e financeiros foram realizados entre os países centrais, onde as condições para a sua consolidação já estavam dadas, permanecendo os mercados externos periféricos com as tradicionais funções de produtores de matérias primas.

A partir dos anos de 1970, a “Idade de Ouro” começou a dar sinais do descontrole de seus antagonismos estruturais² (LIPIETZ, 1991). O pacto fordista se torna cada vez mais tensionado diante: da tendência decrescente da taxa de lucro frente ao contínuo processo de mecanização e das pressões dos trabalhadores por maior participação nos crescentes ganhos de produtividade e aumentos salariais; da retração do consumo em resposta ao desemprego estrutural; da relativa autonomia da esfera financeira frente aos capitais produtivos; do crescente processo de fusões e da retração dos gastos públicos diante da crise fiscal do Estado. Essa “rigidez”, na verdade, é “uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo” (HARVEY, 1992, p. 136).

A acumulação flexível

A estrutura hierárquica e compartimentada da organização do trabalho é quebrada com a introdução da microeletrônica que impõe mudanças na prática produtiva através de tecnologias baseadas em informação que permitem um maior grau de flexibilidade nas áreas de processo e organização, “flexibilidade de produtos e do ‘mix’ de produção, flexibilidade de volumes, flexibilidade de desenhos, flexibilidade de rotinas produtivas, flexibilidade de bens de capital, flexibilidade do processo de trabalho, etc (*sic*)” (GATTO, 1989, p. 13).

A tecnologia microeletrônica aplicada a bens de capital e processos de gestão acelera e demanda informação, ao integrar os diversos aspectos da produção e da empresa, propiciando vantagens econômicas e técnicas sobre

² Mészáros (2002) faz densa análise sobre os antagonismos estruturais do sistema metabólico do capital.

os métodos de processar e transmitir informações anteriores. O núcleo dinâmico tecnológico deslocou-se, portanto, das indústrias metal-mecânicas para aquelas produtoras de novos materiais, atividades *high tech* eletrônica, computação, engenharia genética, indústria bélica, telecomunicações, química inorgânica e medicamentos de base biológica, dentre outras.

O paradigma tecnológico que se impôs contribuiu para alterar as relações inter e intraempresas, mudando a natureza da desverticalização produtiva que passa da busca da redução dos preços relativos de produtos para mercados de massa, para uma desintegração voltada para a produtividade por diversidade, qualidade e rapidez, possibilitando maior participação de pequenas e médias empresas, além da linha de montagem reestruturada, na lógica da acumulação flexível. A desintegração produtiva, nesses marcos, se constituiu em estratégia de crescimento econômico baseada na transferência de setores antes verticalizados para outras empresas, criando vantagens competitivas ancoradas em procedimentos mais dinâmicos de gestão e organização, como integração por redes de comunicação, capacidade de inovação e maior agilidade frente às mudanças de mercado, além de precarizar as relações de trabalho dos “Trinta Anos de Ouro”.

Harvey (1992) ressalta que a reestruturação do mercado de trabalho foi acompanhada por uma reorganização industrial, isto é, o aumento do desemprego industrial levando ao surgimento de formas de sobrevivência através de “negócios” que revivem relações familiares, paternalistas, do “antigo trabalho doméstico”, agora articulado à lógica da acumulação contemporânea. São as chamadas economias “negras”, “informais”, “subterrâneas” que simbolizam as precárias condições de trabalho e de vida dos “fora do circuito formal” mas geradoras de lucros bastante atrativos.

Ao mesmo tempo, a quebra da rigidez estrutural fordista proporcionou uma maior fluidez espacial, isto é, um relativo grau de liberdade, de “flexibilização”, de reorganização da produção e da circulação, proporcionando novas ou recuperando “velhas territorialidades”. Gatto (1989) destaca como resultado dessas transformações, o surgimento e valorização de novas formas

de aglomeração espacial que derivaram uma nova divisão regional do trabalho, destacando aquelas identificadas como complexos científicos-produtivos, denominados na literatura como tecnopolos, centros de inovação, parques científicos, entre outros. Outras formas de aglomeração espacial, bastante distintas das anteriores, são as chamadas áreas-sistema ou distritos industriais, constituídas por um conjunto de empresas concentrado territorialmente, com baixo volume de capital fixo, forte fragmentação do processo de trabalho e voltado para um mercado bastante diversificado. São pequenas e médias empresas fortemente integradas através de formas específicas de coordenação e de organização da produção. Esses espaços produtivos são identificados com os “distritos marshallianos” cujas vantagens frente às grandes escalas de produção decorrem da agregação territorial de pequenas empresas especializadas e com produção diversificada, constituindo um único mercado de trabalho local e envolvido por um “espírito de iniciativa empreendedor”.

Os distritos industriais

Os distritos industriais foram caracterizados inicialmente por Alfred Marshall, em sua obra “Principles of Economics”, de 1890, que enfatizava a dimensão locacional e destacava as vantagens da produção em escala de forma mais eficiente, a partir da concentração espacial de um grande número de pequenas e médias empresas (PMEs) em um *locus* específico. Ao final do século XX ganham nova relevância a partir de estudos realizados sobre a Terceira Itália – que compreende as regiões do Veneto, Trentino, Friuli-Venezia Giulia, Emilia-Romagna, Toscana, Marche e parte da Lombardia. Segundo Gurissati (1999, p. 77-79):

Esta área, junto com algumas outras (noroeste italiano, Rhone-Alpes na França, Baden-Wuttemberg e Baviera na Alemanha, Suíça e Áustria), compõem uma macrorregião européia denominada Área de Desenvolvimento do Arco Alpino (...) seria o berço de um novo modelo de produção industrial, mais recente e mais forte do que aquele que se desenvolveu no pós-guerra na macrorregião européia, ainda hoje dominante do ponto de vista cultural, político e financeiro (a Europa das Capitais).

A experiência da Terceira Itália se caracterizou pela formação e desenvolvimento de sistemas produtivos locais, fortemente especializados

através de uma rede de pequenas empresas, de setores tradicionais como confecções, calçados, produtos cerâmicos, dentre outros. Esses sistemas produtivos locais guardavam uma forte relação com a agricultura e tradição artesanal, e requeriam uma mão-de-obra qualificada apta à atualização tecnológica. Essa experiência de organização territorial da produção, de início, parecia ser uma experiência local restrita e geograficamente localizada, mas com a crise do modelo fordista de produção, conquistou o mundo. O caráter coletivo predominante dos fortes laços comunitários apoiados na tradição colocou a região em destaque na economia nacional e no comércio internacional (GAROFOLI, 1993; CORÓ, 1999).

Para Becattini (1994, p. 20) “o distrito industrial é uma entidade sócio-territorial caracterizada pela presença activa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico”. Uma de suas principais características é o seu sistema de valores que configura uma ética que permeia os mais diversos aspectos do metabolismo social, com apoio em um corpo de regras e instituições próprias do lugar (família, Igreja, escola, organizações políticas e sindicais, públicas e privadas e outras inúmeras instâncias). Realça o autor, também, que a localização das firmas em um distrito não é um resultado da atração de determinados processos produtivos por força da disponibilidade de recursos, ao contrário, as empresas territorializadas são decorrência de desenvolvimentos históricos específicos, possuindo relações bastante sólidas com a região.

As estratégias adotadas a partir das experiências da Terceira Itália não garantiram, entretanto, boas críticas. Um dos principais argumentos é que tais formas de organização produtiva são constituídas por pequenas e médias empresas baseadas no trabalho em domicílio, relações informais, portanto, não sendo obrigadas a cumprirem o *Statuto dei lavoratori*, de 1970 (ITALIA, 1970), isto é, de formas produtivas não contempladas, como as pequenas empresas, de poderes organizativos do trabalho. O grande capital recorre, portanto, ao trabalho informal da pequena empresa que, sob empreitada, reproduz as

velhas formas de exploração que mais se aproxima do “pré-capitalismo” do que do “pós-fordismo” (KUMAR, 1997, p. 52-53).

O interesse por tais estudos chama a atenção para o fato de que até bem pouco tempo, as condições que favoreceriam a industrialização de pequena escala ancorada em estruturas baseadas em relações de familiaridade, etnicidade ou religiosidade eram consideradas como obstáculos para o surgimento e expansão da produção moderna, isto é, de cunho fordista. Hoje, porém, parecem constituir vantagens para a geração de formas propulsoras de um desenvolvimento mais localizado, territorializado.

Os estudos sobre o desenvolvimento da produção baseada em micro e pequenas empresas revelam que os processos resultam de especificidades históricas e socioculturais, configurando Sistemas Produtivos Locais (SPL), (COURLET e PECQUER, 1996, p. 95), isto é, uma modalidade de crescimento que cristaliza os elementos propriamente sociais e culturais que concorrem para o desenvolvimento em um dado momento da história do território, conforme uma modalidade local particular. Entretanto, tais recortes territoriais não podem ser entendidos como um modelo fechado, localista, mas um tipo de organização socioeconômica eficaz para produzir uma margem de autonomia frente à heteronomia produzida pela divisão internacional do trabalho, resultante, portanto, da originalidade das estruturas construídas pelos atores que as constituem. Uma preocupação que colocam é com relação à generalização desse “modelo” nas distintas circunstâncias apresentadas de um país para outro.

O debate sobre as dinâmicas e as organizações produtivas territorializadas coloca em evidência a especificidade e a heterogeneidade das localizações, pois a diversidade dos territórios empiricamente observados, bem como a variedade dos processos de territorialização das práticas sociais, mostram que não é mais possível manter uma concepção normativa do desenvolvimento em uma só trajetória, resultados dos desafios dos “desequilíbrios” do sistema, mas apreender a dialética do local e do global como relação possível do desenvolvimento localizado. A partir de um mesmo conjunto de constrangimentos, os territórios reagem diferentemente em função

dos recursos específicos ativados pelos atores locais, definindo uma diversidade de possibilidades e possíveis ações, indicando que o desenvolvimento resulta dessas múltiplas possibilidades, a partir de uma construção social. As experiências resultam, portanto, de dinâmicas cuja origem e primeiras formas de evolução repousam em trajetórias sociais e tecnológicas longas, favorecendo uma dependência do território em relação ao seu passado.

A palavra território carrega consigo a noção de pertencimento, apropriação, seja através de um controle legitimado por grupo(s) social(ais) ou instituições, seja pela dimensão afetiva, produzida pelas práticas de construção da vida social, sendo, portanto, uma parcela do espaço que é apropriada seja de “direito”, de fato ou afetivamente. O território, entendido, conseqüentemente, como uma construção social, contém um intenso jogo de forças políticas, sociais e econômicas (locais ou não) as quais estabelecem intensos conflitos que acarretam limites espaciais para os agentes de sua gestão, que buscam introduzir formas, métodos e tecnologias adequadas às suas necessidades de controle social (SANTOS, 1994).

O território é um conceito central para a Geografia, mas também para outras áreas científicas e experiências locais de desenvolvimento, como os distritos industriais e/ou sistemas produtivos locais. Podemos conceituá-lo a partir de uma perspectiva materialista/naturalista, isto é, concebido como fonte de recursos, meios materiais de existência, próprios de sociedades pré-modernas quando o ritmo espaço-tempo era sincrônico, ditado por uma regularidade entre as tradições (condições de presença) e a dinâmica da natureza, como, também, fonte de recursos em pleno apogeu da “modernidade”, como as políticas intervencionistas para fins de expansão da acumulação capitalista.

Tanto nos distritos industriais como nos sistemas produtivos locais o território é fonte de recursos, “força produtiva” material, mas também imaterial, pois a profunda interação entre a produção da vida social e a natureza gera uma forma particular de “ocupação de espaço”, um espaço de referência identitária. Portanto, não só a dimensão materialista/naturalista está presente,

mas se integra, também, a dimensão ideal-simbólica já que traduz uma forma de organização espacial, uma territorialidade, ações e estratégias do “vivido”.

Para Sack (1986, p. 2) o território pode ser qualquer lugar (inclusive não material), mas nem todo lugar é território. O que constitui o território é a territorialidade, isto é, “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”. A territorialidade é, portanto uma base de poder, do controle da terra, dos recursos, da organização social do espaço, do acesso, um controle de área. Essa área é o território. O território pode ser usado tanto para conter ou restringir como para excluir e não é preciso estar “dentro dele” para exercer o controle.

Haesbaert (2002, p. 121) afirma

que o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados

particularmente na contemporaneidade, onde o ritmo e a intensidade das mudanças promovem uma multiplicidade de contextos escalares. E acrescenta o autor (2004, p. 82):

o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza, para utilizar os termos de Marx (...).

Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade.

A revalorização das condições territoriais promove o reconhecimento do espaço socialmente construído como meio, condição e produto do desenvolvimento, e não apenas do crescimento econômico, a partir da utilização dos recursos que devem ser orientados para a satisfação das necessidades da população onde as medidas mais adequadas seriam aquelas destinadas a valorizar as potencialidades territoriais.

Nesse sentido, a diversidade de territórios, assim como a multiplicidade de processos de territorialização analisados, ao longo do tempo, nos mostra que não podemos conceber uma forma única de desenvolvimento. A partir de

relações de subordinação ou relativa autonomia, a dimensão territorial traduz diferentes modos de reprodução social, múltiplas possibilidades de ações (RUA, 2007).

Justificativa

Desde o início dos anos 2000, vimos investigando espaços produtivos que se localizam em pequenas e médias cidades e são constituídos, majoritariamente, por micro e pequenas empresas, conformando territórios bastante distintos. Nesse sentido, voltamos nossos interesses para um espaço produtivo eleito para concentrar estratégias de uma política industrial voltada para o desenvolvimento local, a partir das particularidades que o distingue de outros arranjos industriais: o Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, que é composto pelos municípios de Nova Friburgo, Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro e Duas Barras. Nova Friburgo concentra a produção, o trabalho e os investimentos públicos e privados, e, por sua importância escolhemos um de seus bairros – Olaria – como nosso referencial empírico.

Inicialmente nos indagamos: a organização espacial da indústria de moda íntima de Nova Friburgo e região traduz as transformações espaciais decorrentes do atual processo de reestruturação produtiva? Nosso referencial empírico, o espaço da indústria de moda íntima do bairro de Olaria constitui um arranjo que se aproxima de experiências vividas pelos distritos industriais, como as da chamada Terceira Itália, já que a concepção dos arranjos produtivos locais tem como referência a experiência italiana? Em que medida as ações do poder público efetivamente constitui um instrumento de diminuição das desigualdades, garantindo maior distribuição de renda, redução da informalidade das relações de trabalho, garantia de uma vida mais digna?

As atividades industriais em Nova Friburgo foram iniciativas de imigrantes suíços e alemães nas primeiras décadas do século XX. Um longo aprendizado, isto é, tempos lentos (SANTOS, 1996, p. 212-213), permitiram que esse espaço cada vez mais configurasse uma marca particular, síntese da hereditariedade de uma identidade marcada predominantemente pelos valores sociais e culturais construídos pelo *milieu*. Seu crescimento, junto com as

atividades turísticas de veraneio, acentuou-se a partir da década de 1950, através do Programa Federal de Estradas de Rodagem com a pavimentação da estrada que liga o município ao antigo Distrito Federal (hoje, município do Rio de Janeiro) e à capital do Estado: a cidade de Niterói (naquele momento). É, entretanto, a partir de 1975, com a construção da Ponte Rio-Niterói e a pavimentação da BR-101 que o município de Nova Friburgo conecta-se, efetivamente, à região metropolitana e ao restante do estado do Rio de Janeiro.

A crise desencadeada no país, a partir de 1980, provocou alterações nos padrões de localização dos investimentos, acompanhando o processo de reestruturação relacionado com as mudanças tecnológicas e organizacionais, promovendo uma descentralização do produto industrial no território nacional, particularmente das grandes metrópoles. As repercussões foram profundas na estrutura industrial de Nova Friburgo, fazendo com que empresas emblemáticas como a Ipu e a Filó (comprada pela Triumph S/A), não suportassem as pressões, dispensando um grande contingente de trabalhadores. Uma das consequências imediatas é a proliferação de pequenas indústrias caseiras de roupas íntimas.

O arranjo produtivo que se organiza em torno dessa indústria ganha veloz crescimento a partir de 1990, acompanhando o ufanismo da “flexibilidade”, onde a pequena empresa ganha destaque, devido a sua maior capacidade de diversificação, necessária para atender as rápidas mudanças nos padrões de demanda, cada vez mais segmentada. O espaço da indústria de “moda íntima” de Nova Friburgo é construído majoritariamente por micros e pequenas empresas especializadas em um setor produtivo, com produção altamente diversificada e mão-de-obra barata.

A expansão desse espaço industrial é acompanhada por um rápido processo de transformação do espaço urbano, pois, de fato, a produção de moda íntima tem a sua visibilidade no comércio de seus produtos, portanto, nos sistemas técnicos (SANTOS, 1996) necessários à circulação da produção “invisível”. O crescimento da indústria de moda íntima não é visível na paisagem porque se encontra no interior das casas, nos fundos das lojas, em galpões. Sua expansão ultrapassa o perímetro urbano, intensificando os fluxos

do trabalho e do capital fixo e circulante, promovendo uma gradativa reorganização da estrutura produtiva e social de áreas rurais. Essa dinâmica espacial que ocorre no município de Nova Friburgo, a partir da reorganização do espaço produtivo da indústria de moda íntima nos colocou mais uma indagação: quais as condições, iniciativas, que propiciaram esse processo de mudanças na organização espacial de Nova Friburgo?

A indústria de confecção não apresenta, na nossa empiria, a forma reconhecível de uma indústria devido à “fábrica” não fazer parte da paisagem desse arranjo produtivo, em virtude das ruas que o configuram serem ocupadas por lojas de vendas com sobrados, onde se encontram, muitas vezes, as “fábricas”, estando, portanto, produção e venda em um só lugar, o que dificulta a identificação do processo produtivo. Outra situação também existente é que nem toda loja tem a fábrica no mesmo local, pois o que está registrado no Sindicato da Indústria de Vestuário (SINDVEST) é o endereço da loja. E a fábrica, a produção? Onde estão? Percorrendo as ruas, é constante o barulho das máquinas em inúmeros sobrados e casas, sem letreiros. Só o barulho através das janelas fechadas, indicando que, naquele lugar, também, há uma “fábrica”.

Constatamos, portanto, duas formas de produção: as empresas informais reconhecidas pela própria governança do Polo, e as empresas formais, sejam lojas-fábrica ou lojas sem “fábrica”, que parecem não garantir, também, a legalidade de suas relações de trabalho. Um objetivo sempre presente em todos os documentos de formalização do Polo é a diminuição das relações informais de trabalho, presente em todo o arranjo espacial, particularmente o trabalho em domicílio predominantemente feminino. Algumas questões, entretanto, se colocaram: a condição jurídica das micro e pequenas empresas cadastradas pressupõem a garantia da formalização das relações de trabalho? Por outro lado, se a produção informal é reconhecida como majoritária, restringe-se às reconhecidas empresas informais? Em que medida, o trabalho informal em domicílio predominantemente feminino participa, também, do arranjo das empresas formais?

Objetivos

Nosso objeto é o trabalho em domicílio feminino, alicerces na/da construção do espaço produtivo do Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região. Como objetivo geral propomos analisar em que medida a reprodução do espaço de produção de moda íntima e o espaço de reprodução da família pelo trabalho em domicílio têm propiciado transformações sociais e econômicas locais, a partir dos investimentos alocados para a constituição do polo. Objetivamos também analisar se mudanças ocorreram nas condições de trabalho, redução da informalidade, discurso das estratégias implementadas tanto pelo poder público como pelo privado para a constituição desse arranjo produtivo. O trabalho em domicílio sempre esteve integrado à (re)produção do capital, mas “à margem”, constituindo uma “válvula de escape” das pressões do exército industrial de reserva. Ao longo do período da produção de massa fordista era considerado forma pretérita, empecilho à expansão da lógica técnico-racional da modernização.

O fordismo-keynesiano é a expressão fenomênica da estrutura metabólica do capital que, uma vez sem controle, “em crise”, diante de seus antagonismos, se (re)estrutura para dar continuidade ao seu ciclo de expansão. Esse momento, denominado de acumulação flexível, pós-fordismo, pós-industrial, sociedade informacional, é a contemporaneidade de sua reprodução. Longe de uma “nova sociedade”, acompanhamos um processo de profundas mudanças nos processos produtivos e formas de gestão, diante de novas tecnologias e crescente busca por diminuição de custos, estilhaçando os compromissos do pacto entre capital e trabalho, ampliando, portanto, o percentual de indivíduos envolvidos em precários mecanismos de sobrevivência. Nosso país nunca foi “virtuoso”: o pacto entre capital e trabalho ficou restrito àqueles que compunham o reduzido mercado formal tendo, a maior parte da população, de articular mecanismos de sobrevivência, formas de trabalho, na maior parte das vezes, limitantes das necessidades de sua reprodução.

Ao mesmo tempo, a dimensão espacial ganha destaque, não sendo concebida apenas como provedora de recursos naturais, mas também como

um elemento estruturador da sociedade, distante até então da racionalidade da acumulação. O território desempenha um papel ativo, pois é nessa escala que se realizam as ações dos atores, uma lógica própria que os diferencia, portanto, tornando-os competitivos. São essas representações de “competências” que agregam valor às formas, até então, distintas da lógica da acumulação, como o trabalho em domicílio.

O espaço da moda íntima de Nova Friburgo, agora concebido como Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, é uma das formas de inserção do nosso país nesses cenários produtivos. A concepção de Polo surge no bojo da falência das políticas nacionais, constituindo uma escala convergente de interesses tanto locais como nacionais e mundiais. O objetivo dessas estratégias é tornar esse espaço cada vez mais integrado à lógica de um mercado exigente em qualidade, portanto, impositivo de inovações e de novas estratégias de velhas formas de exploração do trabalho.

O Polo³ de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região

O Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região é composto pelas cidades de Nova Friburgo, Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro e Duas Barras, integrando a Região Centro-Norte Fluminense, regionalização própria do Sistema FIRJAN (figura 1). A sua criação data de 1997, a partir de estudos patrocinados pela FIRJAN e Sebrae/RJ sobre Arranjos Produtivos Locais (APLs) como estratégias de desenvolvimento para as cidades do Estado do Rio de Janeiro. O grande potencial da região em produzir moda íntima incentivou iniciativas dessas instituições para a sua promoção, dentre as quais o projeto “Desenvolvimento do *cluster* de moda íntima da Região Centro-Norte Fluminense” elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV, SEBRAE e FIRJAN, 1999), que, em abril de 2001, foi escolhido pelo BID e pelo Sebrae/RJ como projeto-piloto para um modelo de desenvolvimento, a partir das experiências dos distritos industriais italianos. Além do polo de moda íntima de Nova Friburgo, o único no Estado do Rio de Janeiro, mais quatro municípios, à

³ Para o Sebrae (2004, p. 282), polo “é o conjunto de empresas de um determinado setor em um território”.

época, foram selecionados: o polo moveleiro em Paragominas, no Pará; o distrito calçadista de Campina Grande, na Paraíba; e o polo de confecções e artesanato em Tobias Barreto, no Sergipe.

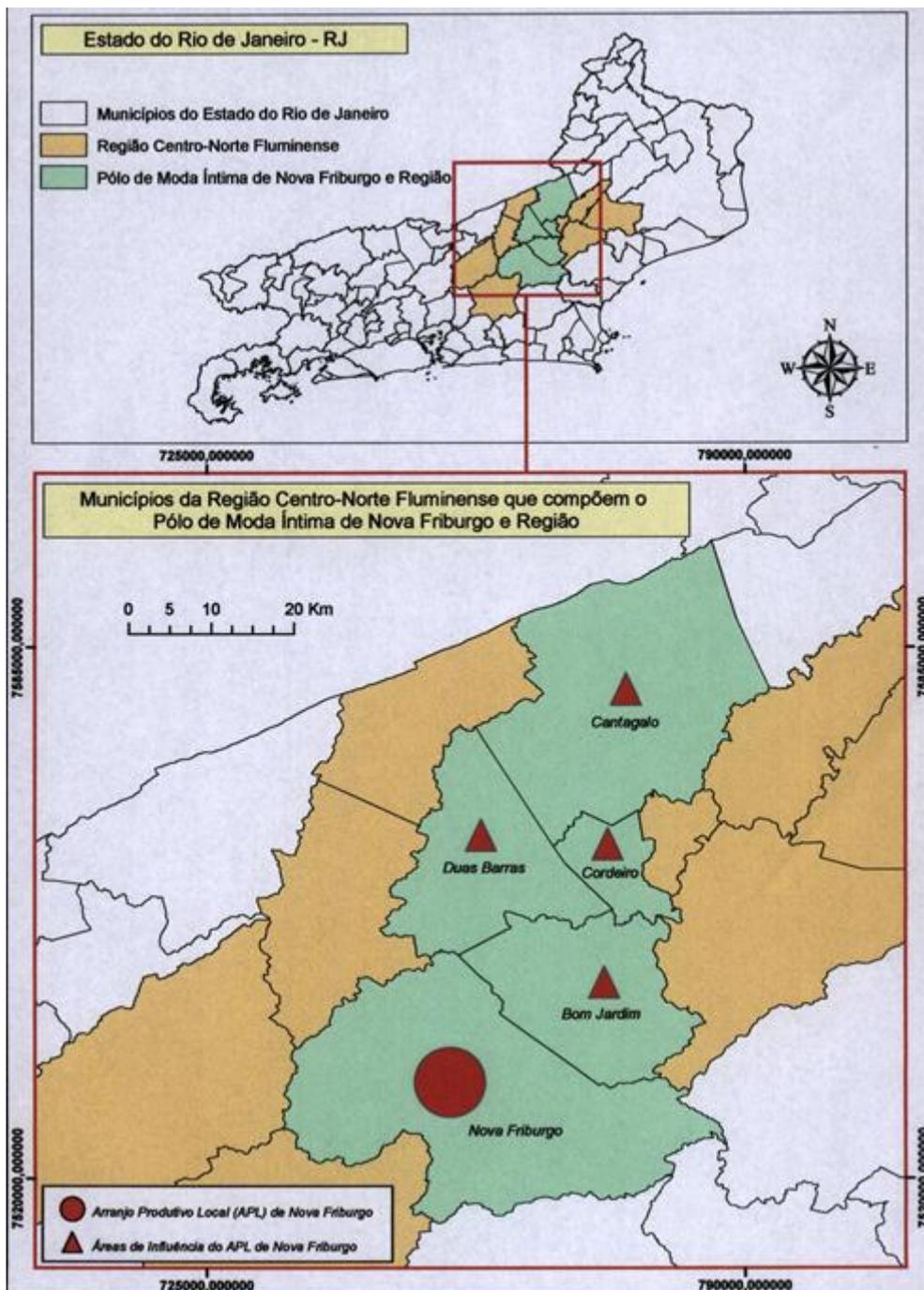


Figura 1: Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região – Fonte: Adaptado de SEBRAE/RJ ([200-]).

Para o Sebrae, Arranjo Produtivo Local é caracterizado pela existência da aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade principal. Para isso, é preciso considerar a dinâmica do

território em que essas empresas estão inseridas. A noção de território é fundamental para a atuação em Arranjos Produtivos Locais, sendo definida além de sua dimensão material ou concreta, como um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam em um determinado espaço geográfico. O reconhecimento da dimensão territorial como elemento gerador de processos locais de desenvolvimento possibilitou o convênio do Sebrae/RJ com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), no ano de 2000, e a formulação do Projeto Promos/Sebrae/BID cujos objetivos estavam voltados para a captação de elementos essenciais da experiência italiana, através da parceria que o BID mantém com a Agência Promos, da Câmara de Comércio, Indústria e Artesanato de Milão (SEBRAE, 2003, p.8-9).

No Plano Plurianual de Ações do Governo Federal (PPA), período 2004-2007, a política industrial tem como um dos eixos centrais as estratégias de desenvolvimento e ações em Arranjos Produtivos Locais (APLs), expressando, desse modo, o reconhecimento do potencial de crescimento dessas aglomerações espaciais (MDIC, 2011). Atualmente são reconhecidos 957 Arranjos Produtivos Locais estando distribuídos pelos 26 Estados e o Distrito Federal. No Rio de Janeiro, o Sebrae desenvolve seis projetos para a indústria têxtil e de confecção: o APL de moda de Nova Friburgo e região (Cordeiro, Cantagalo, Duas Barras, Macuco e Bom Jardim), APL de confecções de Petrópolis, APL de confecção de moda do Leste Fluminense (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito e Maricá), confecção do Noroeste Fluminense (Itaperuna e Região) e confecção na Região do Médio Paraíba (Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí, Resende, Valença, Pinheiral e Piraí) (SEBRAE/RJ, 2011).

Uma das primeiras iniciativas de promoção ocorreu em 2002 com a inauguração da Plataforma Tecnológica da Cadeia Produtiva de Moda Íntima de Nova Friburgo, sediada no Instituto Politécnico da UERJ. Acompanhando as iniciativas de promoção e qualificação dos Arranjos Produtivos Locais, em 2004, o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) liberou recursos para implantação de um Centro de Formação Profissional e Transferência de Tecnologia para a Indústria do Vestuário da cidade de Nova Friburgo que

objetivava qualificar a mão-de-obra. Ainda em 2004, de 2 a 4 de agosto, na abertura da 1ª Conferência Brasileira sobre Arranjos Produtivos Locais, patrocinada pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), foi anunciada a implantação do Projeto de Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), inicialmente em seis APLs localizados nos estados de Pernambuco, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, sendo, neste último, no polo de Nova Friburgo e região. Nesta mesma data, também foi lançado o Programa Inserção de Municípios no Comércio Internacional – ExportaCidade Nova Friburgo, desenvolvido pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do MDIC em parceria com os Governos Estaduais, as Prefeituras Municipais e as representações industriais e comerciais locais.

O íntimo espaço da moda

O Polo de Moda Íntima é constituído por cerca de 900 empresas gerando em torno de 20 mil empregos (O PÓLO, 2011). Em 2004, esses números ganharam maior objetividade com a divulgação dos resultados do “Censo da Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo”, realizado pelo Sebrae/RJ e pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que contabilizou um número total de 700 empresas, sendo 500 formais e aproximadamente 200 informais. O estudo faz um retrato da região, incluindo além de Nova Friburgo as cidades de Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro e Duas Barras (INSTITUTO DE ECONOMIA/UFRJ e SEBRAE/RJ, 2004).

O Censo é resultado de uma amostragem de 593 empresas, sendo 543 de confecções, correspondendo a 91,6% do total, e as outras 50 relacionadas com o setor de confecções (empresas têxteis e de aviamentos, empresas fornecedoras com representação comercial local, empresas comerciais de confecção). Pela primeira vez, um total de 198 empresas informais foi recenseado. O levantamento das empresas formais foi a partir de um cadastro fornecido pelo SINDVEST, com empresas sindicalizadas e não sindicalizadas, enquanto o das informais foi realizado por dois consultores que conheciam a Região Centro-Norte Fluminense.

Do total das 543 empresas pesquisadas, as formais representaram 345, correspondendo a 63,5% do total, enquanto as informais, 198, compunham um universo de 36.5%, fazendo com que a Região possuísse uma média de três empresas formais para cada uma informal, índice superior ao do Estado do Rio de Janeiro, à época, que apresentava quatro empresas formais para cada informal. Do conjunto das empresas recenseadas, 63,9% eram de micro empresas, sendo 96,5% informais e 45,2% constituídos por empresas formais, portanto, uma forte presença de microempresas, e informais.

A definição de informal, adotada pelo IBGE, acompanhou as recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pelo OIT, em 1993, que tem como foco a unidade econômica produtora de bens e serviços, e não o trabalhador individual, assim como o fato dessas unidades produtivas terem ou não registro, não servir de critério para a definição de informal, uma vez que não é levada em consideração a situação legal, mas, sim, a sua organização.

Das 543 empresas recenseadas pelo Censo da indústria têxtil e de confecções de Nova Friburgo, 345 eram formais com até nove pessoas ocupadas, correspondendo a 45,2%, enquanto que das 198 informais, 97,2% possuíam até nove pessoas ocupadas, portanto, confirmando ser o arranjo produtivo constituído principalmente por microempresas, de acordo com o Instituto de Economia/UFRJ e o Sebrae (2004). Os dados revelam as dificuldades enfrentadas, diante da alta percentagem de empresas que apresentavam baixo faturamento, dependência dos fornecedores locais e de canais de comercialização informais como as sacoleiras.

Embora o censo não dê qualquer informação sobre o tipo de trabalho utilizado na empresa, se por conta própria ou uso de empregados, nem as relações de trabalho que prevaleciam, podemos concluir diante da forte presença da informalidade que as empresas denominadas formais também se aproximam das informais, devido às precárias condições de trabalho, produção e comercialização, já que não consideramos a informalidade a partir da sua dimensão jurídica. Podemos também concluir que a maior parte da

informalidade está apoiada no trabalho realizado fora “da produção”, em domicílio através da terceirização da produção.

Melo e Teles (2000), apoiando-se em Souza (1980), destacam a importância da forma de organização da produção para a classificação de informalidade, a partir da diferenciação de formas capitalistas e não capitalistas. Nas capitalistas, é clara a separação entre o trabalho e o capital, o predomínio de relações de assalariamento e a produção voltada para o mercado. Nas empresas não capitalistas nem sempre é visível a separação da propriedade do trabalho e dos meios de produção, não sendo o salário a forma mais usual de remuneração do trabalho, considerando, ainda, o autor, não serem organizadas, sob o ponto de vista jurídico. O trabalho em domicílio é um híbrido, pois é realizado através de habilidades e instrumentos próprios de quem trabalha, mas que não tem controle sobre o seu trabalho e remuneração por ser determinado por terceiros.

Os mesmos autores, a partir das propostas de Cacciamali (2001), incluem mais uma dimensão na informalidade: a ilegalidade. Esse setor informal ou submerso representa aqueles que atuam à margem da regulação do Estado, ou seja, em relação às empresas significa a sonegação em vários aspectos: de informações relativas às receitas, compras de materiais, contratação de empregados, dentre outros. Em relação aos empregados, significa atividade fora das normas da legislação trabalhista, como também atividades clandestinas (inclusive algumas ilícitas, à luz do Código Penal, como prostituição e contrabando).

Abreu e Sorj (1994), Lavinias *et alii* (1998) e Ribeiro *et alii* (1981), em suas pesquisas sobre o setor de confecções analisam não só as precárias condições de trabalho em domicílio, assim como a sua permanência e expansão, diante das transformações ocorridas devido aos processos de reestruturação e fragmentação produtiva. Leite (2004) em estudo sobre a indústria de confecções, na cidade de São Paulo, também registra as dificuldades encontradas pelas pequenas e médias empresas para sobreviverem em mercados cada vez mais competitivos e o recurso ao trabalho

sem registro, como o temporário e em domicílio, como instrumento de redução de custos.

O processo de externalização da produção, frequente em nossos dias com a intensificação da terceirização, é tendência tradicional no setor de confecções. Se o processo de terceirização vem expulsando o trabalho das indústrias de confecção e favorecendo o crescimento do trabalho informal, em domicílio, esse quadro se agrava, tendo em vista ser esse tipo de trabalho essencialmente feminino. Acompanhando as análises de Abreu e Sorj (1994) e Ribeiro *et alii* (1981), Leite (2004) adverte que as tendências de terceirização do setor se somam a uma realidade da divisão sexual do trabalho que torna, especialmente as mulheres casadas e com filhos, uma clientela disponível para esse tipo de emprego. Portanto, é a partir dessa articulação que poderemos compreender “as razões que levam esse grupo de mulheres a estar disponível para o mercado de trabalho a domicílio” (ABREU e SORJ, 1994, p. 149).

Recorrendo à pesquisa desenvolvida por Nunes Filho (2000), Leite (2004, p. 81), indica que o estado civil da mulher não parece ter relevância na “escolha” do trabalho a domicílio, mas sim a condição de mãe e a responsabilidade dentro do lar, indicando a tradicional divisão dos papéis masculinos e femininos, representações de gênero na sociedade, isto é, supostas capacidades e “lugares” que têm homens e mulheres nas esferas da produção e da reprodução social.

Leite (2004, p. 66-67) esclarece que o tradicional aprendizado da costura como parte da formação das meninas, é, sem dúvida, um importante fator na preponderância do trabalho feminino no setor. Diante do fato de esse aprendizado ser adquirido informalmente, como parte da socialização feminina, não é reconhecido como qualificação profissional, mas sim uma qualidade pessoal da costureira, o que favorece aos empregadores baixas remunerações, equivalentes ao trabalho sem qualificação.

Bruschini (2000), em referencial pesquisa sobre a participação das mulheres em comparação à dos homens no mercado de trabalho brasileiro no período de 1985 a 1995, aponta as profundas transformações pelas quais passou o país, nos primeiros anos da década de 1990, tanto no plano

estritamente econômico como político, atingindo estruturalmente os setores geradores de empregos formais. Nesse movimento, a autora destaca (p. 24):

a indústria, que se reestrutura para fazer face à concorrência internacional; o setor financeiro, atingido pela crescente automação (...) e por um crescente número de fusões e aquisições; as estatais, que, à medida que vão sendo privatizadas, são obrigadas a se desfazer de parcelas significativas de seu pessoal; e a administração pública, cuja reorganização começa a se traduzir numa diminuição do número de servidores públicos. Com tudo isso, as chances de se conseguir um emprego formal nos últimos anos foram reduzidas em quase 10 pontos percentuais nas principais regiões metropolitanas. Até aqui, a principal contrapartida desse processo foi a crescente precarização das relações de trabalho e, sobretudo, um aumento do trabalho por conta própria⁴.

Nossa área de pesquisa insere-se nos processos de terceirização, de expansão de formas de trabalho como “em domicílio” e a feminização do mercado de trabalho. O espaço da indústria de moda íntima do bairro de Olaria é um espaço que apresenta escalas espaciais de produção: as lojas-fábrica, aquelas que não têm loja, pois dependem de quem produza para si, e a produção “nos fundos da casa”. Pelo Censo da Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo, apenas 12% das empresas tinham como canal de comercialização as suas próprias lojas. É aí que assume fundamental importância o trabalho em domicílio, pois é através dele que é gerada grande parte da produção.

O arranjo produtivo de Olaria é composto, majoritariamente, por lojas mais populares embora haja também aquelas com produtos mais sofisticados. Leite (2004) observou em pesquisa sobre o trabalho em domicílio em confecções na cidade de São Paulo que quem comanda o mercado das confecções não se encontra na produção, mas na distribuição. Refere-se, particularmente, aos grandes atacadistas que definem as tendências da moda e, a partir daí, é que são feitos os pedidos. A saída encontrada pelas empresas confeccionistas é terceirizar a sua produção, utilizando, com muita frequência, o trabalho em domicílio.

⁴ Ipea (2006), conforme citado pela autora.

Considerações finais: o trabalho em domicílio, fio que tece o espaço da reprodução da família e da produção

O trabalho em domicílio integra o cotidiano da família e o da produção, sobrepondo-os, intercalando múltiplas práticas, distintas territorialidades. O espaço da indústria de moda íntima surge como uso, da reprodução da família através do aprendizado adquirido por ex-operários de fábricas voltadas para a produção de confecção, rendas e acessórios em couro, quando dispensados, receberam máquinas de costura como forma de pagamento dos compromissos trabalhistas.

O espaço de moda íntima do bairro de Olaria é constituído por uma população de baixa renda, e parece estar ocupada produtivamente no próprio local, seja como costureira de loja de confecção ou como costureira em domicílio. Suas formas-conteúdo expressam-se, portanto, em lojas que tem a sua “fábrica” no andar superior, ou em outro lugar, lojas sem fábrica (onde está a sua produção?), casas-fábrica e casas-trabalho, múltiplas territorialidades, embaladas pelo som que emana das janelas fechadas, mas que se revela no horário do almoço através das mulheres sentadas à beira da calçada, aguardando o momento de recomeçar a oculta jornada.

O crescimento do espaço da moda íntima modificou a lógica reprodutiva local na medida em que, a tradição fabril, até então, era constituída de tempos forjados pela lógica taylorista/fordista, portanto mais longos e repetitivos, nos quais se inseria a produção, valores de uso tornados mercadorias para compor a reprodução societária. Seu acelerado crescimento, além de expressar as consequências dos antagonismos estruturais vividos pelo capital em momento de “crise”, o desemprego, decorreu, de fato, de sua própria lógica expansionista que modifica a relação do tempo de uso social.

A partir do instante em que os meios de produção são convertidos em capital, o seu desenvolvimento não é mais para atender as necessidades humanas, mas para converter-se de novo em capital, em um ciclo de autorreprodução ampliada, onde os ganhos de produtividade sempre alteram o padrão de consumo, assim como a maneira pela qual são utilizados, tanto os

bens a serem consumidos, como os instrumentos com os quais são produzidos.

Esse movimento modifica o tempo de uso das mercadorias, ou seja, a taxa decrescente de utilização dos bens e serviços socialmente produzidos, alterando a proporção variável da atividade produtiva dos bens consumidos mais imediatos, aqueles com um ciclo de vida mais duradouro assim como dos equipamentos empregados.

A chamada acumulação flexível, isto é, a expansão e (des)(re)construção do capital, acelera a taxa decrescente de uso pois as mudanças intra e interempresas, com a adoção de tecnologias informacionais, a expansão de relações terceirizadas e subcontratadas proporcionam uma maior diversidade de produtos e serviços em tempos cada vez mais reduzidos e de menor custo do trabalho. Formas não tão modernas, mas bastante precárias, como o trabalho em domicílio, também fazem parte dessa racionalidade e são essas relações de produção que, majoritariamente, constituem o espaço de moda íntima do bairro de Olaria.

Em Olaria, podemos observar que o conjunto das “empresas”, de fato, lojas de confecções, trabalham com uma imensa diversidade de peças que se diferenciam nos detalhes, na qualidade, evidenciando a desigualdade existente em seu interior, pois ao lado de lojas mais sofisticadas, espalham-se aquelas mais populares, enfileiradas pelos cantos das ladeiras, oferecendo produtos mais baratos. O que propicia ser esse espaço tão fragmentado, com uma produção tão diversificada?

Essa imensa variedade de peças é fruto da aprendizagem e habilidade do trabalho que é essencialmente feminino, de mulheres que cresceram tecendo a história fabril do lugar. Antunes (2000, p. 61-99) também aponta, como Bruschini (2000), um crescente aumento da participação do trabalho feminino no mundo do trabalho, chegando mesmo a superar o contingente masculino, mas esse aumento ocorre em setores onde predominam formas desregulamentadas e com remunerações menores que aquelas obtidas pelo trabalho masculino, conforme aponta a pesquisa desenvolvida por Ribeiro *et alii* (1981). Na divisão sexual do trabalho (seja no mercado de trabalho ou no

interior da família) sempre coube à mulher as tarefas de menor qualificação, mais rotinizadas, intensivas e precárias, e que cada vez mais se acentuam ao longo das transformações do movimento do capital em busca de maior “flexibilização”, conforme analisa Hirata (2002), citada por Nogueira (2004, p. 253):

Em relação ao emprego masculino, a autora afirma que houve uma regressão e/ou estagnação. Já o emprego e o trabalho feminino remunerado cresceram. Paradoxalmente, apesar de ocorrer um aumento da inserção da mulher trabalhadora, tanto no espaço formal quanto no informal do mercado de trabalho, ele se traduz, majoritariamente, nas áreas em que predominam os empregos precários e vulneráveis.

O crescimento do trabalho feminino tem ocorrido, sobretudo, em relações marcadas pela precarização de suas condições como o trabalho parcial, informal, onde ficam mais acentuadas as diferenças de remuneração por gênero. Além disso, há mulheres que acumulam duas jornadas de trabalho: uma no interior da casa, reproduzindo o espaço da família, da força de trabalho e outra no espaço do capital, porém, há mulheres que sobrepõem essa dupla jornada no interior de seu próprio lar: um momento é o espaço da reprodução familiar e em um outro é o da mercadoria; usos diferentes, porém, organicamente integrados (LAVINAS *et al.*, 1998; ABREU e SORJ, 1994; RIBEIRO *et al.*, 1981).

Melo e Teles (2000, p. 11-12) argumentam que o desconhecimento da especificidade da contribuição das mulheres subestima as práticas por elas exercidas no espaço familiar e produtivo, tornando-as invisíveis. Neste sentido, a utilização do conceito de gênero possibilita reconhecer as diferenças nas relações entre homens e mulheres, a partir de suas posições e papéis na sociedade, resgatando os múltiplos papéis exercidos pelas mulheres. Hirata (2002, p. 280) considera que a divisão sexual do trabalho se constitui em um dos aspectos da divisão social do trabalho onde a dimensão opressão/dominação está grandemente presente: “embora as modalidades mudem, a verdade é que a divisão sexual do trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino”.

Neves (2000, p. 171-177) desenvolve interessante reflexão sobre a rearticulação do metabolismo do capital denominado de reestruturação

produtiva, a qualificação do trabalho e as relações de gênero. Afirma que a entrada de novas tecnologias baseadas na microeletrônica tanto nas indústrias como nos serviços provocaram profundas mudanças no processo produtivo e na organização da empresa, promovendo a diminuição da integração vertical, redimensionando a horizontalização da produção, repercutindo nas condições de trabalho, nas formas de gestão e exigências de qualificação.

Para a autora, a qualificação do trabalhador compõe um conjunto de saberes escolares, técnicos e sociais, envolvendo escalas multidimensionais, nas relações conflitantes entre capital e trabalho. Nos novos contextos, passa a ser definida como competência, noção que se centra na habilidade individual de mobilizar resoluções, envolvendo o trabalho, também, a gestão. É na mais íntima relação com a empresa, que as desigualdades se acentuam.

Reafirma Neves (2000) que a relação entre tecnologia e trabalho feminino é definida muito mais pelo conteúdo ideológico, do que pela competência técnica. A qualificação atribuída às mulheres é definida pela educação informal, pela experiência nas tarefas domésticas não reconhecidas, como destacam Melo e Teles (2000), ao projetarem a participação desse tipo de trabalho na riqueza do nosso país, assim como Lavinias *et alii* (1998), quando demonstram a rotina do trabalho fabril feminino em uma indústria de medidores de energia eletroeletrônicos.

A autora também aponta que o processo de reestruturação tem desencadeado um heterogêneo conjunto não só de conteúdos de trabalho como de formas de contratação. À tendente necessidade de mão-de-obra qualificada, polivalente, com iniciativa de decisão para realizar diferentes funções, também correspondem aquelas mais “flexíveis”, como o trabalho em domicílio.

As afirmações de Neves (2000) nos aproximam do espaço de moda íntima do bairro de Olaria. Os documentos que analisamos sobre o Polo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região (IBRE/FGV, SEBRAE e FIRJAN, 2000; IPEA, 2001; INSTITUTO DE ECONOMIA/UFRJ e SEBRAE/RJ, 2004) demonstram o baixo nível tecnológico e de qualificação das confecções locais,

relacionando-as, particularmente os dois primeiros, à predominância da informalidade.

Há um consenso velado de que as dificuldades enfrentadas pelo arranjo local derivam da incapacidade empresarial dos micro e pequenos negócios, como se essa condição fosse deliberada pelas pessoas que neles estão pelas escolhas que fizeram, já que não há outras. Como Tomé observa (2003, p. 272):

o homem, enquanto ser inorgânico, orgânico e social, um complexo de ser, se constrói como indivíduo em sociedade (...), este indivíduo só pode ser compreendido quando analisado em relação à função que ocupa no interior do complexo social.

O trabalho em domicílio é, comumente, interpretado como um expediente de geração ou complementação de renda, permanentemente ligado às condições de pouco aprendizado formal, obsoletos instrumentos de trabalho e longas jornadas para cumprir o prazo das tarefas. É uma escolha “sem saída” para as pessoas que dele sobrevivem, diante do conjunto articulado de relações que constroem essa “opção”. Articulado aos afazeres domésticos transforma a reprodução da família um cativo.

Partimos do pressuposto ser o espaço da moda íntima do bairro de Olaria composto, majoritariamente, por empresas que, mesmo sendo reconhecidas como formais, reproduzem, em sua forma de organização, condições de informalidade. O espaço de Olaria, a forma, tem como conteúdo, práticas veladas pela pressão da ilegalidade. A organização da produção revela a subordinação planejada do capital, como das lojas-fábrica ou lojas sem fábrica, como dos expedientes daquelas que reproduzem o trabalho “fabril”, o que Melo e Teles (2000, p. 7) denominam de formas capitalistas e não capitalistas de produção. Lavinhas *et alii* (1998), advertem que as relações de assalariamento, previstas na CLT, não distinguem o local do trabalho, sendo levadas em consideração as condições de subordinação de quem trabalha e o controle do contratante.

A imposição do trabalho em domicílio sobrepõe e integra entre os espaços do uso e da produção de mercadoria, arcando o trabalhador com todos os custos da produção e de sua reprodução, recebendo seu salário em função das peças que produz, o salário por peça. O salário por peça, “medido

pele trabalho despendido pelo trabalhador pelo número de peças que produziu”, (MARX, 1988, p. 134), é uma forma de intensificação e do aumento da jornada de trabalho porque (p. 135-136):

é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois com isso sobe seu salário diário ou semanal. Ocorre, assim, a reação já descrita ao tratarmos o salário por tempo, abstraindo o fato de que o prolongamento da jornada de trabalho, mesmo permanecendo constante o salário por peça, implica em si e para si uma baixa de preço do trabalho.

O espaço da indústria de moda íntima é reproduzido pelas relações de trabalho predominantemente feminino, bastante intensivo, não só através do prolongamento da jornada como também da participação de membros da família e com remuneração muito baixa, condicionantes de sua participação a circuitos inferiores da economia local, conforme identifica Santos (2004). É uma multiplicidade de espaços, ora das representações racionais do percebido muito mais do que o concebido, ora oculto, envolvido pelo vivido.

O bairro de Olaria é um espaço apropriado pelo uso, pelo cotidiano, pelo imaginário, mas, também, pela produção da mercadoria que lhe impõe uma divisão do trabalho que ora se reproduz nas representações da racionalidade, ora se acoberta no uso, tornando-o um território híbrido, múltiplo, apropriado tanto pelas forças do oculto, do ilegal uso do produtor de mercadorias, como pelo capital que se representa na estrutura, nas lojas-fábrica, nos símbolos, nas imagens de um uso íntimo que virou moda.

Referências

ABREU, Alice Rangel Paiva; SORJ, Bila. Subcontratação e trabalho a domicílio: a influência do gênero. *In*: MARTINS, Heloisa de Souza; RAMALHO, José Ricardo. **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec; CEDI-NETS, 1994. p. 62-75.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BECATTINI, Giacomo. Os distritos industriais na Itália. *In*: URANI, André, COCCO, Giuseppe e GALVÃO, Alexander Patez (Orgs.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 45-58.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). *In*: ROCHA, Maria Isabel B. da. **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas:

ABEP, NEPO/UNICAMP; Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 13-58.

CORÓ, Giancarlo. Distritos e sistemas de pequena empresa na transição. *In*: URANI, André, COCCO, Giuseppe e GALVÃO, Alexander Patez (Orgs.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.147-197.

COURLET, Claude ; PECQUER, Bernard. Districts industriels, systèmes productifs localisés et développement. *In*: ABDELMALKI, Lahsen ; COURLET, Claude. **Les nouvelles logiques du développement**. Paris: L'Harmattan, 1996. p. 91-102.

GATTO, Francisco. Cambio tecnológico neofordista y reorganización productiva. **Eure**, Santiago, v. 16, n. 47, 1989. p. 7-34.

GURISATTI, Paolo. O nordeste italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial. *In*: URANI, André, COCCO, Giuseppe e GALVÃO, Alexander Patez (Orgs.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 77-99.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: UFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. Campinas: Boitempo, 2002.

IBRE/FGV – Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas; SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Desenvolvimento do cluster de moda íntima da Região Centro-Norte Fluminense: relatório final**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

INSTITUTO DE ECONOMIA/UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro; SEBRAE/RJ – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Sumário executivo: projeto “Censo da indústria têxtil e de confecções de Nova Friburgo”**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: < http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=CENSO+DA+IND%C3%9ASTRIA+T%C3%8AXTIL+E+DE+CONFEC%C3%87%C3%95ES+DE+NOVA+FRIBURGO&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sebraerj.com.br%2Fservices%2FDocumentManagement%2FFileDownload.EZTSvc.asp%3FDocumentID%3D%257BA678AE34-F9BF-43CD-9489-81BEA545DE63%257D%26ServiceInstUID%3D%257BE0A6567A-DB7A-4C77-9416-5A8733988116%257D&ei=B0VrUNnTEIbq9ASciYCoBg&usg=AFQjCNE9U2FWXETrg0Tx6jsFv7lii98A_g>. Acesso em: 8 out. 2005.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais**. Brasília, 2001.

ITALIA. Ministero del Lavoro i delle Politiche Sociali. Legge 20 maggio 1970 n. 300. Statuto dei lavoratori. Disponível em: <http://www.lavoro.gov.it/NR/rdonlyres/77A26F68-C12E-4671-A260-2D469405622E/0/19700520_L_300.pdf>.

Acesso em: 15 ago. 2012.

GAROFOLI, Giacchino. O exemplo italiano. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 1993. p. 49-75.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LAVINAS, Lena; SORJ, Bila; LINHARES, Leila; JORGE, Angela. **Trabalho a domicílio**: novas formas de contratação. Genebra: OIT, 1998. (Documento de discussão, n. 30).

LEITE, Márcia de Paula. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2004. p. 57-93.

LIPIETZ, Alain. **Audácia**: uma alternativa para o século 21. Tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Nobel, 1991.

MARX, Karl. O processo de produção do capital. **O capital**: crítica da economia política. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **APLs**: o que são?. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=300>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

MELO, Hildete Pereira de; TELES, Jorge Luiz. **Serviços e informalidade**: o comércio ambulante no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n. 773).

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. *In*: ROCHA, Maria Isabel B. da. **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP; Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 171-185.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. *In*: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes. **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2004. p. 243-284.

O PÓLO. Disponível em: < <http://www.intimafriburgo.com.br/conteudo.php?conteudo=polo>>. Acesso em: 12 set. 2011.

RIBEIRO, Ana Clara T.; TEIXEIRA, Amélia Rosa S. B.; CHINELLI, Filippina; ELIAS, Roseli. Casa e fábrica: um estudo do trabalho fabril a domicílio no Rio de Janeiro. **Estudos e debates**, Rio de Janeiro, n. 1, 1981. Mimeografado. p. 1-28.

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. *In*: RUA, João (Org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades**: uma perspectiva multidimensional da Geografia. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007. p. 143-193.

SACK, Robert D. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1994. p. 15-20.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2.ed. São Paulo: EdUSP, 2004.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Termo de referência para atuação do sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais**. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/50533C7F21014E5F03256FB7005C40BB/\\$File/NT000A4AF2.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/50533C7F21014E5F03256FB7005C40BB/$File/NT000A4AF2.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2012.

_____. **Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais**: Projeto Promos/Sebrae/BID. Versão 2.0. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.fiec.org.br/artigos/competitividade/apl-sebrae/apl-sebrae.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

SEBRAE/RJ – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O setor de confecção no Rio de Janeiro**. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/uf/rio-de-janeiro/atuacao-e-projetos/industria/moda-e-beleza/integra_bia/ide nt_unico/18374>. Acesso em: 28 ago. 2011.

TOMÉ, Geruza. Trabalhadores informais: o caso dos camelôs da cidade de Marília-SP. *In*: BATISTA, Roberto Leme; ARAÚJO, Renan. **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 269-291.

Recebido em julho de 2012; aceito em setembro de 2012.